

I ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES: A (RE)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PROFISSÃO DO TRADUTOR NO BRASIL¹

Elizabeth Cunha Bonaparte

[À profissão de tradutor,] é necessário um saber enciclopédico ou uma especialização profunda a par de uma constante atualização de conhecimentos.

Conclusões e Recomendações,
I ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES

Introdução

O objeto deste artigo é a (re)construção da imagem ou identidade profissional do tradutor no âmbito da sua própria ação, individual e coletiva, ou seja, como agente dos seus próprios interesses. Proponho um mergulho no passado como estratégia de melhor compreender e atuar no presente, refletindo sobre um evento pioneiro na valorização da imagem (ou identidade) profissional do tradutor no Brasil: o I Encontro Nacional de Tradutores, realizado de 23 a 25 de abril de 1975 no Auditório do Rio Data Centro da PUC-Rio, fruto da parceria entre uma instituição de ensino, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e uma associação de classe recém-fundada, a Associação Brasileira de Tradutores – ABRATES, que deu início ao processo de legitimação da profissão do tradutor no Brasil. Tal processo tem sido auxiliado nas últimas décadas pelo surgimento de teorias acerca da tradução estudada como atividade social. Essas teorias revelam o poder e o prestígio do tradutor por exercer uma atividade complexa que requer conhecimentos e habilidades específicas e cujo papel social é de grande importância na interação entre culturas e, de modo abrangente, para o próprio desenvolvimento das sociedades.

¹ Artigo concebido originalmente como monografia de conclusão do Curso de Especialização em Tradução, PUC-Rio (2005), sob orientação da Profa. Maria de Lourdes Duarte Sette.

O tema da identidade profissional tem estreita relação com os interesses profissionais do tradutor, que foram destaque no I Encontro, cujas Conclusões e Recomendações, principalmente, serviram de valiosa fonte de consulta para a realização deste artigo. O evento abordou questões cruciais da época que continuam muito atuais, como o reconhecimento da profissão, a formação profissional, o mercado de trabalho, a remuneração e a polêmica relação entre tradutor e editor quanto aos direitos autorais que cabem ao tradutor em cada edição da obra traduzida (PUC-Rio, 1975: 3-4). Tais preocupações constituíam — e ainda hoje constituem — o cerne do problema da (re)construção da identidade profissional do tradutor e, portanto, norteiam este artigo. Trata-se de um tema que interessa a todos aqueles que de alguma forma estão ligados à tradução e, no entanto, permanece pouco estudado. Como afirma Maria de Lourdes Sette, “apesar de existirem trabalhos, no campo dos estudos da tradução, que tratam da imagem do tradutor, [...] nenhum deles fala de *identidade profissional*” (2002: 27). Tal afirmação decorre de profunda análise feita nos anos 1990 dos discursos de tradutores e resenhistas de tradução, sob a perspectiva da identidade profissional dos tradutores. Através da análise do *corpus* (que representava ou condensava os principais discursos dos próprios tradutores, bem como de resenhistas de livros traduzidos, veiculados na mídia brasileira na década de 1990), Sette (p. 80) observou que não se percebia uma influência das teorias da tradução (então recém-surgidas) na “construção [por parte dos tradutores e em seus discursos] de uma identidade que, em alguma medida, rivalizasse ou mesmo suplantasse aquela imagem [...] marginalizadora” do tradutor e da sua profissão. Isso acontecia com êxito somente na “esfera teórica”.

Refletindo sobre o I Encontro, selecionei o seguinte fragmento da palestra de abertura — entendido como uma crítica — proferida pelo poeta e professor Affonso Romano de Sant’Anna: “... é sabido de sobra que [a profissão de tradutor] é uma profissão praticamente inexistente ou muito pouco reconhecida na realidade”, para evidenciar a situação em que se encontrava a questão da imagem profissional do tradutor naquele momento e, sobretudo, para evidenciar a relevância de se estudar o tema da (re)construção da imagem (ou identidade) profissional do tradutor no Brasil. O I Encontro intencionava desfazer, de forma pioneira, a imagem comum admitida e assimilada por muitos através da história. O fragmento da palestra de Sant’Anna torna evidente a necessidade e a

importância da ação individual e coletiva — uma ação que vise (re)construir essa imagem negativa reproduzida milenarmente através de inúmeras “práticas e representações” (Chartier, 2001). Assim, subvertendo essa imagem milenar, o I Encontro representou “um comportamento, uma prática, [...] que de maneira compartilhada pode[m] caracterizar um processo de conquista social” (ibidem, p. 155).

Este artigo pretende contribuir para enriquecer os debates no campo dos Estudos da Tradução, sobretudo os que se alinham com as concepções que reconhecem que o processo de legitimação de qualquer prática ou saber se dá social e historicamente — no convívio de uma disciplina com outros saberes, na reflexão sobre a sua própria prática ou saber e no questionamento de concepções tradicionais aplicadas à sua prática e/ou conhecimento.

A abordagem adotada para a elaboração deste artigo consiste em estabelecer um diálogo entre o passado e o presente e, assim, problematizar o papel do tradutor, das instituições de ensino e de classe na valorização da imagem da profissão do tradutor, ou seja, pensar o sujeito como produtor e/ou reproduzidor de “práticas e representações” (Chartier, 1992: 214), que gerem ou não valores positivos, e, dessa forma, (re)construir sua imagem profissional. Para tanto, utilizei o conceito de *interesses profissionais* — proposto pelo historiador das profissões André Pereira Neto (2001: 37-38) — bem como o estudo relativo à profissão de tradutor no Brasil, realizado por Marileide Dias Esqueda (1999).

Para investigar o tema da (re)construção ou valorização da imagem do tradutor, desenvolvi uma pesquisa bibliográfica no campo dos Estudos da Tradução norteadas pelos interesses profissionais do tradutor discutidos no I Encontro, restringindo-me às teorias elaboradas por Rosemary Arrojo, Maria Paula Frota e Anthony Pym; estudiosos da tradução que, ao longo das últimas décadas, têm refletido sobre a prática tradutória como atividade social. Tais teorias partem de concepções que entendem que o processo de conquista social ou legitimação de qualquer prática ou saber se dá social e historicamente, no diálogo constante com outras ciências humanas, unindo a reflexão metodológica e teórica com o questionamento radical de suas certezas e de concepções tradicionais, aplicados à sua prática e/ou ao seu conhecimento.

Ao longo das últimas décadas, as teorizações acerca da tradução como atividade social têm realizado uma verdadeira revolução simbólica nos princípios de percepção do ofício do tradutor, operando uma (re)construção daquela imagem predominante na história.

Alguns estudiosos valorizaram e estudaram a influência das traduções nas relações interculturais e no desenvolvimento das sociedades. Outros, por sua vez, refletiram sobre o processo tradutório, buscando compreender como se dá a produção de significados pelo tradutor em termos, por exemplo, como explica Maria Paula Frota, não apenas de uma

[...] intervenção de um sujeito na escrita tradutora como costuma pensar a estilística, ou seja, como criação consciente de um Autor. Trata-se de uma intervenção que, singular, implica, sim, uma diferença relativamente ao código, mas uma diferença que é efeito do inconsciente. E é bom frisar, *do* inconsciente — substantivo; não falo aqui de interferência inconsciente, esse termo em posição adjetiva, descritiva, como os estudiosos da tradução muitas vezes caracterizam a natureza das interferências culturais ou ideológicas que investigam. (Frota, 2000: 199)

A participação ativa do tradutor na construção do significado do texto, visto em sua função primeira de leitor, ganhou importância a partir das teorias da Estética da Recepção, formuladas no final da década de 1970 por H. R. Jauss e W. Iser, originários da Escola de Constância, na Alemanha. A Estética da Recepção tem como objeto de estudo a história literária entendida como um processo que sempre envolve o autor, a obra e o público. Conforme observa Else Vieira (1996: 111), em seus estudos da tradução com base na teoria de Jauss, “as interpretações não são fixas uma vez que os leitores em épocas diferentes ao longo da história trazem uma bagagem diferente para a tarefa de interpretação”.

Roger Chartier (1990), historiador das práticas de leitura, afirma que as obras “são investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que delas se apoderam”. Ele acrescenta que o “espaço de investigação histórica a ser realizado entre textos, objetos impressos e maneiras de ler pode explicar o porquê de uma obra ser entendida [interpretada], apreciada e utilizada de modos tão diversos num determinado período de tempo” (1992: 211-212).

No que se refere à escrita tradutora, Rosemary Arrojo investiga a tradução à luz do pensamento do filósofo Jacques Derrida. Segundo Arrojo, para Derrida, “o que inevitavelmente acontece, a todo momento e em toda tradução, é “uma transformação: uma transformação de uma língua em outra, de um texto em outro” (Arrojo, 1986: 42). A teórica

— baseando-se no conceito de “comunidade interpretativa”², de Stanley Fish, que reformula “não só a visão tradicional do processo de leitura, mas também o próprio conceito de literatura” (p. 84) — acrescenta que, ao pensarmos a tradução como um processo de recriação ou transformação, a questão da fidelidade e da qualidade de uma tradução deve levar em conta que:

[...] uma tradução de qualquer texto será fiel não ao texto “original”³, mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituir-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. Além de ser fiel à leitura que fazemos do texto de partida, nossa tradução será fiel também à nossa própria concepção de tradução. (Arrojo, 1986: 44)

E assim fica clara a importância de o tradutor refletir sobre a sua própria concepção de tradução, questionando concepções tradicionais, o que — se refletido em sua prática — pode contribuir para o fortalecimento da auto-imagem do tradutor. Nesse sentido, Arrojo afirma que todo tradutor deve:

[...] refletir sobre seu ofício, sobre aquilo que faz, sobre as “intuições” que o impulsionam a tomar as decisões que toma e a aceitar o papel secundário e desvalorizado que ainda pensa desempenhar numa cultura obcecada pelo culto ao “original” e ao significado “imutável” que esse “original” supostamente encerra e preserva, numa cultura que persiste em não enxergar o quanto depende da tradução e da produção de significados realizada por todo tradutor. (1993: 9)

Como vimos, através do questionamento de concepções de tradução tradicionais e da reflexão acerca de sua própria prática, profissionais e estudiosos da tradução buscam problematizar o papel do tradutor, visto em sua função primeira de leitor e, como tal, produtor ativo de significados, o que lhe confere importância de ordens diversas (política,

² O termo *comunidade interpretativa*, nas palavras de Arrojo, foi cunhado pelo teórico norte-americano Stanley Fish, e se refere ao conjunto de elementos responsáveis, numa determinada época e numa determinada sociedade, pela emergência de significados aceitáveis. O significado não se encontra, portanto, para sempre depositado na palavra ou no texto. Forma-se, sim, a partir da ideologia, dos padrões estéticos, éticos e morais, das circunstâncias históricas e da psicologia que constituem a comunidade sociocultural em que se interpreta esse texto ou essa palavra (Arrojo, 1986:79).

³ O termo *original* é referido entre aspas para dar um sentido de questionamento desse termo. Segundo Arrojo, por associar o texto a ser traduzido à “origem”, a denominação *texto original* pode sugerir também que toda tradução não passa de uma tentativa de reprodução, cópia sempre imperfeita e sempre inferior ao modelo, à matriz “original”. Na medida em que [se] questiona a estabilidade de qualquer texto, seja “original” ou não, e na medida em que [se] chama atenção para o papel do tradutor como “produtor” de significados, [Arrojo] questiona também o termo *original*, coloca-o entre aspas e sugere um substituto menos “preconceituoso”: *texto de partida*. (Arrojo, 1986:79)

econômica, social, histórica etc.). Por conseguinte, a profissão de tradutor é necessariamente fundamental para as relações interculturais e, de modo mais abrangente, para o próprio desenvolvimento das sociedades.

Esse novo olhar sobre o papel da atividade do tradutor — que revela o seu poder e prestígio — é fruto de reflexões sobre teorias de outros campos do saber, as quais têm informado as pesquisas na área dos estudos da tradução, como, por exemplo: a filosofia, com teorizações de inúmeros pensadores, desde a antigüidade até a contemporaneidade, acerca de objetos relacionados à leitura, como a linguagem, o real, a verdade, o conhecimento etc.; os estudos literários, com teorias e questionamentos sobre objetos como o autor, o texto, o leitor, os contextos, a interpretação etc; a psicologia e a psicanálise, em suas abordagens dos aspectos psíquicos conscientes e inconscientes que interferem no ato da leitura e da escrita; a sociologia e a história, com seus conceitos próprios acerca dos diversos espaços sociais, culturais e políticos que influenciam as escolhas e a reescrita do tradutor, fazendo surgir também uma sociologia da tradução (cf. Pym, 2004) na medida em que contempla os contextos históricos e culturais do texto-fonte, do tradutor e do texto-meta.

Segundo Lefevere (Hermans, apud Denton, 1996), os Estudos da Tradução procuram buscar respostas para questões como, por exemplo: por que o tradutor adota uma determinada maneira de organizar as palavras, de criar significados; quais concepções lingüísticas, sociais, ideológicas orientam o tradutor na sua reescrita; qual o objetivo que o tradutor espera alcançar através da sua concepção de tradução, se ele pode dizer que atingiu ou não tal objetivo, e por quê.

Através de uma prática tradutória reflexiva, profissionais e estudiosos da tradução puderam formular teorias e desenvolver metodologias e instrumentos conceituais de investigação, fazendo surgir, assim, um campo de conhecimento multidisciplinar legitimado como campo de trabalho, de pesquisa e de ensino. Além disso, por meio dessas teorias e práticas, esses agentes puderam também (re)construir a imagem ou identidade da profissão do tradutor.

1. O I Encontro Nacional de Tradutores

O I Encontro Nacional de Tradutores, como já mencionado, resultou da parceria entre uma instituição de ensino, a PUC-Rio, representada pela tradutora e professora Maria Cândida Bordenave, na época coordenadora do Bacharelado em Letras – Tradutor-Intérprete, e pelo poeta e professor Affonso Romano de Sant’Anna, então diretor do Departamento de Letras e Artes, e uma associação de classe, a ABRATES, representada por tradutores consagrados, como, por exemplo, Antonio Houaiss, Paulo Rónai, Raimundo Magalhães Junior, entre outros. Cabe destacar o nome de Paulo Rónai na realização desse evento, pois, nas palavras de Bordenave (2005), “Paulo Rónai foi o grande propulsor [do evento] induzindo a ABRATES a dar todo o apoio”.

O objetivo principal dos organizadores do I Encontro foi “lançar as bases e promover a formação de uma consciência de classe”, congregando “todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, encontram-se ligados à atividade da tradução”. Lá estavam reunidos estudantes, tradutores profissionais, e representantes dos órgãos de classe então “já existentes, mas dispersos, tais sejam a Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES), a Associação de Tradutores Públicos e Intérpretes do Estado da Guanabara (ATPIEG) e a comissão dos Tradutores Funcionários Públicos” (PUC-Rio, 1975: 3-4). A conferência de abertura foi proferida pelo prestigiado tradutor e diplomata Antonio Houaiss, sob o título “Tradução como Criação”.

O I Encontro foi pioneiro ao reunir tradutores de todo o país e significou um estímulo para a valorização da tradução e da profissão do tradutor, porque colocou em destaque assuntos como a importância e a legitimidade da atividade do tradutor; defendeu a alta complexidade intelectual da escrita tradutória, e traçou planos para a pesquisa e o ensino com o objetivo de desenvolver padrões de qualidade e possibilitar a profissionalização do tradutor especializado e responsável. Estava em marcha o processo de legitimação da profissão do tradutor no Brasil evidenciando o empenho coletivo em subverter a ordem ideológica vigente na época. Nas palavras de Sette, “os registros da história da tradução mostram o uso milenar, por parte de literatos, críticos e tradutores, de metáforas que refletem uma imagem desvalorizada da atividade tradutória” (2003: 8). Podemos afirmar, portanto, que o I Encontro — por meio das questões nele discutidas — abriu espaço para o reconhecimento social do ofício do tradutor, inaugurando uma nova fase na história da identidade profissional do tradutor no Brasil.

Na perspectiva da história das profissões, a parceria entre instituições de ensino e de classe, como a que resultou na realização do I Encontro, é uma iniciativa que, de modo contínuo, ao longo de um processo histórico, pode representar um passo significativo para que a classe dos tradutores, “em seu conjunto, intervenha no curso dos acontecimentos, modifique a legislação vigente e altere comportamentos cristalizados” (Pereira Neto, 2001: 55).

1.1 Os interesses profissionais do tradutor

Durante o I Encontro, predominaram as discussões sobre os interesses profissionais do tradutor, com a finalidade de instituir uma política de ação voltada para a valorização e o reconhecimento da atividade desse profissional. Assim, de forma coletiva, foi dado “início a um trabalho que, para ser efetivo, precisa contar com o continuado apoio e colaboração de cada um em particular” (PUC-Rio, 1975: 3). Portanto, naquele momento, o problema da (re)construção da imagem ou identidade profissional do tradutor se caracterizava por preocupações específicas como o reconhecimento da profissão, a formação profissional, o mercado de trabalho, a remuneração e os direitos autorais (p. 3-4), que ainda hoje nos inquietam e que comento a seguir.

O reconhecimento da profissão — O reconhecimento da profissão do tradutor como atividade de nível superior foi a primeira vitória do I Encontro, na forma do Decreto no. 82.990, de 5 de janeiro de 1979 (Wyler, 2003: 146). No entanto, o pedido de regulamentação da profissão de tradutor, encaminhado ao Ministério do Trabalho na forma de projeto de lei em 1977, foi indeferido em 1980 (2003: 148). Esse assunto tem gerado muitas opiniões conflitantes e constitui uma das questões cruciais do processo de legitimação da profissão de tradutor no Brasil, tão necessária para o fortalecimento da identidade profissional do tradutor.

Tenho repetido aqui que o tema da identidade profissional tem estreita ligação com os interesses profissionais. Mas como conceituar *interesses profissionais*? Pereira Neto — em sintonia com um conjunto de outros autores contemporâneos que fizeram do conceito de profissão seu objeto preferencial de investigação sociológica — afirma que o termo “profissão” designa uma “ocupação com prestígio e poder social” e que “a lista de atributos específicos que constituem uma profissão pode variar, mas existe um acordo substancial

sobre suas dimensões cognitiva e normativa” (Barbosa e Larson, apud Pereira Neto, 2001: 37). Marileide Dias Esqueda (1999), que em sua dissertação de mestrado desenvolveu um estudo acerca do conceito da profissão de tradutor à luz das teorizações do prestigiado tradutor Paulo Rónai, evidencia o peso da dimensão cognitiva na definição do conceito de profissão de tradutor. Segundo a autora, a regulamentação dessa profissão está “intrinsecamente ligada à definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor”. Possivelmente isso explicaria o motivo de ter sido indeferido o projeto de lei (1977) de regulamentação da profissão de tradutor, uma vez que tais parâmetros não estavam definidos naquela ocasião. Podemos inferir, portanto, que a dimensão cognitiva é o alicerce do conceito de profissão. Segundo Pereira Neto, para que a profissão tenha legitimidade e prestígio é fundamental que três aspectos se combinem e se complementem, a saber: o domínio de um certo conhecimento, a obtenção do monopólio do mercado de trabalho e a formalização legal da profissão.

A formação profissional — Durante o I Encontro ficou claro que, para viabilizar “o estabelecimento de uma sólida política profissional do tradutor” que lhe assegure “uma situação profissional digna, bem como condições de trabalho justas e estáveis”, seria necessário que as universidades dedicassem atenção especial à pesquisa aplicada à tradução, “que serviria de base à elaboração de uma teoria da tradução” (PUC-Rio, 1975: 4-6).

A pesquisa em tradução representa um importante elemento definidor da auto-imagem do grupo de tradutores. Ela tem conduzido, ao longo das últimas décadas, a uma gradativa conscientização por parte dos tradutores da importância de sua profissão. Os estudiosos da tradução são unânimes em afirmar e demonstrar que não existe prática tradutória sem reflexão crítica e que tal reflexão conduz necessariamente à valorização do seu próprio fazer (Arrojo, 1992). Arrojo alerta para a necessidade de se refletir criticamente sobre a concepção tradicional da atividade do tradutor: “o tradutor que supõe simplesmente carregar significados prontos [estáveis e plenos] de uma língua para outra e de um texto para outro implicitamente não necessita de uma formação específica, além do conhecimento das línguas envolvidas” (1992: 420).

O tradutor que tem essa percepção comum em relação à sua escrita tradutória e, por conseguinte, não reconhece o valor da sua profissão, demonstra não estar acompanhando o

desenvolvimento das pesquisas na área, contribuindo, assim, para a situação de marginalização da profissão de tradutor. Segundo Arrojo, a ação necessária para mudar tal situação encontra-se principalmente no âmbito das universidades, visto que:

À margem da profissionalização e da institucionalização acadêmica, a tradução se marginaliza também enquanto objeto de reflexão e pesquisa dentro dos estudos da linguagem. [...] Portanto, pouco se reflete e pouco se atua sobre os costumes e as políticas que determinam espaços permitidos a tradutores, traduções, críticos e pesquisadores da área, garantindo-se, assim, a marginalidade e o descaso. (1992: 420)

Na década de 1970, iniciou-se um lento e profundo processo de transformação da imagem da profissão, aliado ao crescimento do número de universidades que oferecem cursos de formação de tradutores, o que tem contribuído para a disseminação e a conscientização da importância da tradução como atividade profissional. Bordenave afirma que o reconhecimento da tradução como disciplina nas universidades “inegavelmente tem se expandido nestas últimas décadas. Sendo uma área de confluência de conhecimentos, as demais áreas vêm reconhecendo a relevância dos estudos tradutórios como fonte de revelação para as ciências da linguagem e demais ciências humanas e sociais” (1998: 432).

Cabe destacar aqui o pioneirismo da PUC-Rio nessa esfera, ao criar, em 1968, a habilitação em tradutor-intérprete no Bacharelado em Letras, com o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases daquele mesmo ano. Desde então, a PUC-Rio vem contribuindo para ampliar o domínio cognitivo dos tradutores, tendo criado, em 1997, o curso de Especialização em Tradução, em nível de pós-graduação *lato sensu*, e implantado, em 2000, em sua pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), uma linha de pesquisa que contempla os estudos da tradução.⁴ Nesse sentido, na perspectiva da história das profissões, para que uma profissão tenha legitimidade e prestígio, um dos aspectos fundamentais é “o domínio de um certo conhecimento que deve ser complexo e, portanto, inatingível por um leigo” (Pereira Neto, 2001: 37). Esse conhecimento, por sua vez, deve:

[...] ser sistematizado e institucionalizado em estabelecimentos de ensino; e ser aplicável, contendo altos índices de resolubilidade dos problemas relevantes para a sociedade. Além disso, para atingir o estatuto profissional, o cidadão deve se submeter a um longo

⁴ Para um histórico dos cursos de tradução na PUC-Rio, ver o artigo “A institucionalização da tradução no Brasil: o caso da PUC-Rio”, de Marcia A. P. Martins (2007), publicado em *Cadernos de Tradução* 19 e disponível em http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos19/marcia_martins.pdf.

treinamento, orientado por um currículo padronizado, repleto de etapas e exigências (ibidem).

O mercado de trabalho — Desde a realização do I Encontro, em 1975, até os dias de hoje, o mercado de trabalho para os tradutores profissionais tem crescido em ritmo constante e acelerado, efeito da globalização que tem rompido fronteiras e ampliado a comunicação entre culturas. Regina Alfarano, tradutora de grande projeção internacional na área da saúde, afirma que “a globalização exige — e permite — que equipes de várias nacionalidades trabalhem juntas em pontos distantes do planeta, com apoio de outras tantas equipes em tantos outros lugares” (2003: 38). Para Paulo Henriques Britto, premiado tradutor e poeta, “as perspectivas da tradução no Brasil e no mundo, como carreira profissional, são as melhores possíveis: cada vez haverá mais mercado para tradução” (2003: 97).

O mercado de trabalho para o tradutor profissional “abrange uma variedade de áreas do conhecimento humano, onde o tradutor tem uma função a desempenhar” (PUC-Rio, 1975: 3). Desta forma, torna-se “necessário um saber enciclopédico ou uma especialização profunda a par de uma constante atualização de conhecimentos” (ibidem). O campo de trabalho do tradutor profissional autônomo ou com vínculo empregatício é vasto. Ele pode trabalhar em diferentes lugares como, por exemplo, editoras, órgãos públicos, representações diplomáticas, consulados, embaixadas, agências internacionais, indústria e comércio de mídias (jornais, revistas, cinema, televisão, vídeo etc.), indústria e comércio de aplicativos de softwares, centros de intercâmbio cultural, centros de informação e documentação internacional, companhias de importação e exportação, companhias de turismo etc. É importante ressaltar que a noção de tradutor autônomo compreende o indivíduo que terá alcançado um estado de equilíbrio ótimo entre dependência e auto-suficiência (Costa, 2000), ou seja, aquele profissional que:

[...] terá desenvolvido seus recursos internos na sua totalidade, sendo assim auto-suficiente como lhe é pessoalmente apropriado ser: que reconhece as necessidades que só podem ser atendidas através da utilização de recursos externos a ele, pode identificar tais necessidades quando elas surgem, sabe ter acesso aos recursos externos necessários, sabe como fazer o melhor uso de tais recursos e pode fazer tudo isso sem limitar a autonomia de outros e sem comprometer indevidamente a sua própria autonomia (Dick Allwright, apud Costa, 2000).

A remuneração — Três décadas após a realização do I Encontro, permanecem atuais as preocupações dos tradutores acerca da “baixa remuneração obtida, o que acarreta, num círculo vicioso, a má qualidade da grande maioria de traduções feitas no país” (PUC-Rio, 1975: 4). Para Arrojo (1986), tal situação é decorrente da concepção tradicional do que seja tradução, responsável pela formação de um senso comum que considera a função do tradutor de pouco valor, uma atividade meramente mecânica de transportar ou substituir significados de uma língua para outra. Para mudar essa situação, Arrojo afirma que é necessária uma conscientização por parte dos tradutores acerca da “importância concreta da atividade que realizam” e alerta que o tradutor deve começar:

[...] a perceber que nada mudará a menos que tome as rédeas de seu próprio destino profissional. E somente poderá fazê-lo se não se furtar à reflexão e à ação, se não se furtar, em suma, a um questionamento implacável dos porquês “teóricos” e “práticos” que têm transformado seu ofício nessa busca impossível de uma fidelidade absoluta a um “original” idealizado e de uma auto-anulação tão humilhante. (1993: 9)

Vale lembrar, no entanto, que o tradutor, sem dúvida, como qualquer profissional — liberal ou assalariado — fica vulnerável a perder a sua “autonomia econômica” (Pereira Neto, 2001), que lhe permite ter a “liberdade de se auto-regular e atuar em sua esfera de competência [...], quando a demanda por serviços for baixa e a dependência em relação ao poder dos clientes ou patrões, não receptivos ao julgamento profissional independente, for alta” (p. 37-38). Na perspectiva da história das profissões, a autonomia se consolida

[...] quando o profissional se torna capaz de decidir as necessidades de seu cliente, não permitindo que ele imponha seu próprio julgamento. A dimensão técnica da autonomia pressupõe que só ele seja capaz de julgar a si e aos procedimentos de seus pares. Assim, ele estaria apto a invalidar o serviço do leigo, comprometer-se com a organização de efetivo controle de admissão ocupacional e introduzir estratégias que façam com que a sociedade consiga distinguir o seu [do leigo] trabalho daquele desempenhado por um homem experiente. (Pereira Neto, 2001: 38)

A remuneração do tradutor depende também de alguns fatores, como o uso final do seu trabalho e o lucro que a tradução trará para o seu cliente. Ivone Benedetti (2003: 23) afirma que há uma divisão do mercado em termos de remuneração: há o mercado das traduções-meio, na qual “freqüentemente estão em jogo valores monetários de grande magnitude”, e o mercado das traduções-fim, que é, por exemplo, o mercado editorial e o

dos estúdios de cinema e televisão. E apresenta um panorama bastante completo desses mercados, explicando esses conceitos:

A tradução-meio é aquela feita no bojo de outras atividades; serve como instrumento para a obtenção dos fins mais diversos, entre os quais não se inclui a venda da própria tradução [...]. Seus custos são sempre absorvidos pela atividade mais global que lhe deu origem, são nesta “embutidos”, e seu usuário final não a “compra”, não compra o suporte no qual ela está inserida como tal, como reprodução de uma obra original. Seu usuário final compra um outro produto, do qual ela é acessório. Trata-se de uma tradução eminentemente instrumental. No entanto, as palavras “meio”, “instrumental”, “acessório” e quetais não devem levar à falsa pressuposição da sua pouca importância no mercado como um todo. Sem dúvida essa é a tradução numericamente mais expressiva e a que, conquanto anônima, exerce influências mais marcantes na vida cotidiana.

A tradução-fim é a tradução feita com o intuito de se transformar num produto que será posto à venda, produto este cuja razão de ser decorre da própria tradução [...]. O usuário final a “compra” inserida no seu suporte: um sem o outro não tem razão de ser, o que faz da própria tradução um produto final. Sua finalidade é reproduzir uma obra original em outra língua, obra esta também destinada ao consumo final pelo usuário. (p. 23-24)

Dessa forma, para Benedetti, essas características do mercado determinam

[...] o valor monetário atribuído à peça de tradução: enquanto o custo da tradução-meio pode influir muito pouco no custo do produto final do qual ela é instrumento (pensemos num manual de automóvel, num documento que faça parte do dossiê de uma grande concorrência etc.), o custo da tradução-fim freqüentemente tem peso importante no valor final do produto (pensemos, por exemplo, no livro traduzido, para cuja feitura a editora precisa pagar direitos de tradução ao autor, além de custear o processo de tradução propriamente dito, revisão e confecção do livro, que é seu produto final, do qual ela precisa auferir lucros). Essa realidade acaba influenciando na relação entre o tradutor e aquele que lhe encomenda o trabalho. (p. 24)

Benedetti explica bem a questão da “autonomia econômica” (Pereira Neto, 2001: 37-38) na profissão do tradutor e como ela influi na relação tradutor-cliente; observa certas diferenças que têm consequências determinantes para a configuração tanto dessa relação tradutor-cliente como para a configuração desses dois mercados, o que implica também uma distinção do próprio perfil do profissional que atua nos dois setores:

[...] no setor-meio (geralmente uma empresa não-editorial), o tradutor muitas vezes está para o “cliente” como um especialista para um leigo, numa relação psicológica que não deve ser menosprezada. [...] o setor-meio é formado por pessoas jurídicas ou físicas dedicadas às mais variadas atividades, enquanto o setor-fim se dedica em grande escala à atividade da tradução: desse modo, este se configura como um “corpo” com interesses e

objetivos comuns, diante do qual o tradutor invariavelmente age como indivíduo, numa relação de desigualdade de forças. (Benedetti, 2003: 24)

Benedetti (2003: 24) observa, ainda, que, nos últimos tempos, surgiu um fator importante que “acabou por inserir matizes novos” ao mercado de trabalho do tradutor:

[...] a maior disseminação das agências de tradução e do uso por muitas delas dos chamados “programas de auxílio à tradução”, verdadeiros repositórios terminológicos transferíveis, o que acabou por tornar menos amplo o espectro remuneratório e menos pessoais as relações entre tradutor e cliente do setor-meio: primeiro porque a agência funciona como intermediário, com tudo o que isso pode implicar em termos de remuneração do “trabalhador-tradutor”, e, segundo, porque este deixa de valer como detentor de terminologia (nos moldes antigos). (p. 25)

A questão da especialização do tradutor também constitui um fator que pode determinar uma melhor remuneração, pois, segundo Alfarano (2003: 42), “o tradutor que não tem um perfil profissional definido, conseqüentemente não assumirá responsabilidades definidas e, portanto, não desfrutará de direitos definidos”.

Os direitos autorais — Esta é uma questão de grande relevância, discutida no I Encontro. O foco principal nos seus debates foi justamente a questão do prestígio e da legitimidade da profissão, ou seja, “a falta de reconhecimento que a profissão recebe como atividade intelectual, quando às vezes nem sequer o nome do tradutor aparece impresso na obra” (PUC-Rio, 1975: 3). No entender dos participantes do I Encontro, “a polêmica relação entre tradutor e editor quanto aos direitos autorais” (ibidem) se insere no escopo geral do “estabelecimento de uma sólida política profissional do tradutor a fim de assegurar-lhe uma situação profissional digna, bem como condições de trabalho justas e estáveis” (ibid.), viáveis através de algumas providências que deveriam ser tomadas, como, por exemplo: “obtenção dos direitos autorais, isto é, enquadramento da tradução no código dos direitos autorais, permitindo ao tradutor reivindicar o justo percentual que lhe cabe em cada edição da obra traduzida”. E ainda, a “obtenção de direito de capa, que representaria o justo reconhecimento da atividade criativa do tradutor” (1975: 4).

A questão que se coloca em relação aos direitos autorais da escrita tradutória, bem como em relação a outros problemas cruciais no âmbito da organização social do trabalho do tradutor, pode ser explicada pela “forma como a sociedade lida com a profissionalização do tradutor” (Arrojo, 1992: 419) e deve-se, em grande parte, à postura do próprio tradutor,

que precisa perceber que “quanto mais informado puder estar acerca das tendências teóricas ‘oficiais’, desenvolvidas nas universidades e nas publicações acadêmicas, mais condições terá, inclusive, de atuar sobre elas e de participar daquilo que se declara e se determina sobre o trabalho que faz” (Arrojo, 1993: 9).

Nessa mesma linha de raciocínio, Benedetti analisa a dificuldade de compreender o tradutor como autor da tradução:

Tenho ouvido de diversos colegas, tradutores respeitáveis e competentes, que o tradutor não é autor. Não me parece que deixem de ter razão até certo ponto. Têm razão quando consideram a concepção geral do texto de partida, a sua paternidade, o seu — digamos sem muita precisão — conteúdo. Claro, a autoria nesse caso é, justamente, do seu autor. De fato, a este nunca é negada a paternidade do texto de partida e, assim como nenhuma criança costuma ter dois pais biológicos, estranho parece a muitos que um texto os tenha. Aí o que acontece é que se considera o texto apenas em uma de suas faces: a de partida. Ora, o texto de chegada já não é o texto de partida. É outro texto. E deste o autor é o tradutor. (2003: 30-31)

É oportuno lembrar que os direitos autorais do tradutor estão previstos na Lei no. 9.610 (art. 7º, XI), de 19 de fevereiro de 1998, que revogou a anterior (Lei no. 5.988, art.6º, XII), de 14 dezembro de 1973, e que os tradutores para teatro — protegidos pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) — recebem direitos como os autores, ou seja, “5% sobre a bilheteria” (Waltensir Dutra, 1985: 152).⁵

Como vimos, a polêmica relação entre tradutor e editor tem sua origem “na forma como a sociedade [e aqui está incluído o próprio tradutor] lida com a profissionalização do tradutor” (Arrojo, 1992: 419). De maneira bem humorada, Benedetti esclarece a questão: “A verdade é que o DNA do tradutor marca indelevelmente a forma como é concebido o texto de chegada. Unindo, portanto, a questão da (in)visibilidade à questão da autoria é possível dizer que, se tradutor invisível é uma contradição [...], tradução sem autor é uma impossibilidade de fato” (2003: 30-31).

2. A (re)construção da imagem da profissão de tradutor

⁵ Para um histórico e breve análise da legislação autoral no Brasil, ver o artigo “A legislação autoral e os direitos do tradutor”, de Daniela Rolim de Andrade (2007), publicado no periódico on-line *Tradução em Revista*, n. 4, disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_1188.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt.

A auto-imagem do tradutor é construída individual e coletivamente, e é o que determina a percepção que a sociedade tem a seu respeito, percepção esta intimamente relacionada ao conceito de valor. Bordenave (1998: 430) afirma que a valorização da imagem da profissão do tradutor passa inegavelmente pela sua formação profissional e pela necessária especialização que, como em qualquer profissão, exige o estudo da teoria e das técnicas de tradução, assim como das ferramentas que facilitam a prática tradutória, estas entendidas em seu sentido amplo e incluindo “acima de tudo, o hábito de busca e reflexão” acerca do ato tradutório .

2.1 O papel do tradutor

O papel do tradutor deve ser o de contestar a marca fundadora (desde os tempos da antiguidade) da auto-imagem do tradutor, ou seja, deixar de reproduzir um discurso “melancólico” (Sette, 2000) e passar a se conscientizar do valor concreto da profissão que exerce, a qual já sabemos ser fundamental para o desenvolvimento das culturas e, em sentido mais amplo, das próprias sociedades. E como o tradutor pode alcançar esse objetivo? Participando individual e coletivamente do difícil processo de relançamento de suas marcas de identidade, adotando estratégias de legitimação da sua profissão que gerem valores positivos, ou seja, através do seu próprio discurso, de forma explícita, e da sua própria conduta e ação, de forma implícita.

Como vimos, é possível afirmar que o I Encontro deu impulso a um processo de legitimação da profissão do tradutor, que vem ganhando força ao longo das últimas décadas com o surgimento de teorias que (re)constróem a imagem do tradutor.

2.2 O papel das instituições de ensino

O papel simbólico das instituições de ensino se concretiza por meio da valorização da profissão do tradutor, ao instaurar uma nova maneira de pensar e agir de acordo com preceitos e natureza científica e ao educar o profissional reflexivo através da pesquisa em tradução, o que contribui para informar as ações políticas das associações de classe visando a organização do trabalho do tradutor e o fortalecimento da sua identidade profissional.

As instituições de ensino e pesquisa têm sido responsáveis pelo significativo avanço no reconhecimento da tradução como disciplina autônoma nas universidades brasileiras, fruto dos esforços de profissionais e estudiosos da tradução empenhados no:

[...] desenvolvimento de investigações científicas que questionam e redefinem o papel histórico da tradução em nossa sociedade e [n]a criação de frentes institucionais que congregam e organizam tradutores e estudiosos da tradução. [...] Cada vez mais [a tradução] é reconhecida como uma atividade fundamental à nossa história e, como qualquer outra prática humana, necessariamente imbricada a diferentes ideologias, interesses políticos e modos de conceber não só a linguagem, como a si mesma (Frota *et al.*, 1994: 67-70).

2.3 O papel das associações de classe

As associações de classe têm legitimidade para fiscalizar e defender os interesses e prerrogativas de seus associados. Assim sendo, é fundamental a parceria entre as associações de classe e as instituições de ensino e pesquisa, no sentido de instituir uma política de ação essencial voltada para o problema da (re)construção da imagem da profissão do tradutor que tem relação direta com os interesses profissionais da classe. Tal ação essencial inclui disponibilizar recursos para que o tradutor tenha

[...] acesso a informações relativas ao mercado de trabalho, às condições de remuneração [e] às que dizem respeito a outras atividades como cursos regulares de tradução oferecidos pelos diferentes estabelecimentos de ensino, eventuais atividades de extensão, conferências e debates, etc.” (PUC-Rio, 1975: 5)

Na perspectiva da história das profissões, segundo Pereira Neto (2001: 38), para que as profissões tenham legitimidade e prestígio “é fundamental que as dimensões cognitivas e normativas se combinem e se complementem”, tornando-se assim “comunidades com identidade, compromisso pessoal, interesses específicos e lealdades gerais; além disso, o ‘consenso interno’, firmado com a normatização, facilita a articulação do interesse comum e a mobilização do grupo”. Pereira Neto acrescenta que:

[...] a formalização legal da profissão tem o objetivo de regular e padronizar a conduta do profissional com seu par, com seu concorrente e com seu cliente. Para tanto, é necessário que esse mecanismo legal se transforme em um instrumento de pressão e de persuasão sobre o conjunto dos integrantes da categoria profissional. Se obtiver êxito, a profissão terá condições de conquistar prestígio junto à clientela. (2001: 37-38)

Nesse sentido, o grupo profissional de tradutores precisa poder contar com a salutar parceria entre as instituições de ensino e as de classe, a exemplo do que vinha acontecendo com a realização do I e do II Encontros de Tradutores, de 1975 e 1985, respectivamente. A partir de 1987, esses encontros passaram a ser realizados com maior regularidade, inicialmente por iniciativa exclusiva de instituições de ensino e pesquisa. Um pouco mais tarde, com a criação da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), em 1992, estabeleceu-se uma parceria para a organização conjunta do evento entre esta associação e uma universidade anfitriã. Desde então, já foram realizados oito encontros, que se tornaram internacionais a partir da sétima edição. O próximo será realizado em Minas Gerais, em setembro de 2009, tendo a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como universidade co-organizadora.

Nesse meio tempo, a antiga ABRATES viveu um período de mudanças. Em 1988 o Ministério do Trabalho reconheceu a profissão de tradutor, o que levou à constituição de um sindicato, que surgiu em novembro daquele ano a partir da ABRATES-RJ e recebeu o nome de SINTRA - Sindicato Nacional dos Tradutores. Mas como o campo de atuação de um sindicato é limitado, o que impede a realização de ações ou empreendimentos sem caráter sindical ou classista, em 1999 foi reativada a ABRATES, de nome já consagrado. Segundo o ex-presidente do SINTRA Paulo Wengorski, no artigo “Abrates ou Sintra? Uma abordagem histórica” (2001), os papéis de ambos são claros e distintos: o SINTRA é um sindicato, a ABRATES uma associação de profissionais. A partir de 2000, a ABRATES instituiu o programa de credenciamento de tradutores, e em 2003 realizou o I Congresso de Tradução da ABRATES, que em 2005 passou a ser internacional e teve em 2007 a sua terceira edição.

A participação das instituições de classe nesses eventos é fundamental porque uma instituição alimenta a outra, ou seja, uma traz as questões que devem ser refletidas pela outra e elaboradas em textos teóricos para que fiquem registradas para a história, e também porque provoca a reflexão daqueles que porventura não participam de eventos como os Encontros de Tradutores. Tal parceria contribui, assim, para que o tema dos interesses profissionais do tradutor volte a fazer parte da pauta de discussões visando a eficácia da atual política de ação voltada para a (re)construção da imagem da profissão do tradutor.

3. Representações que geram valores positivos

É papel dos agentes envolvidos com a tarefa tradutória — aqui incluídos o tradutor e os representantes de instituições de ensino e associações de classe — criar estratégias de construção e legitimação da sua prática no sentido de gerar valores positivos fortalecendo assim a sua identidade profissional. Portanto, aproprio-me de algumas teorizações de Chartier, historiador das práticas de leitura, acerca das *práticas e representações*, cujo sentido amplo significa criar imagens ou interpretações ou “leituras” acerca das ações e condutas humanas. Chartier ensina que essas “leituras” devem ser entendidas como

[...] uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos [/discursos][...]. Ler é uma resposta, um trabalho, ou, como diz Michel de Certeau, um ato de ‘caçar em propriedade alheia’ (*braconnage*) [Certeau (1980) “Lire: un braconnage”. *L’Invention du quotidien, L’Arts de Faire*. Paris]. (Chartier, 1992: 214)

Segundo Chartier, tais estratégias se dão “entre práticas e representações”, ou seja, através do nosso próprio discurso oriundo dessas “leituras” que fazemos de nós mesmos e da nossa profissão. Tais leituras, por sua vez, serão responsáveis em grande medida pelas “leituras” possíveis que outros inevitavelmente farão “em propriedade alheia”. Essa propriedade alheia, no nosso caso, deve ser entendida como sendo o próprio discurso oral e escrito dos tradutores. Assim, Chartier distingue as estratégias de legitimação em dois tipos: “algumas são explícitas e se fundamentam no discurso (prefácios, prólogos, comentários e notas), e outras são implícitas, transformando [...] [a própria conduta e ação do tradutor] num mecanismo que deve, necessariamente, impor uma certa compreensão considerada legítima” (1992: 215).

Os estudiosos da tradução têm produzido inúmeros discursos (ou representações ou “leituras”) que geram valores positivos e fortalecem assim a identidade profissional do tradutor. Cito a seguir alguns exemplos, dos quais todo tradutor deve sentir-se autorizado a se apropriar (fazer uma *braconnage*) transformando-os, dessa forma, no seu próprio discurso e, assim, contribuir para o difícil processo de “impor uma certa compreensão considerada legítima” (*ibidem*):

A tradução como uma profissão de alto valor para a sociedade

A tradução situa-se no centro das reflexões sobre a linguagem e a própria condição humana. A tradução passa a ser paradigmática de todos os intercâmbios lingüísticos e, o que é a mesma coisa, de todos os intercâmbios humanos (Arrojo, 1992: 437).

A tradução como ciência — Estudos da Tradução

O conhecimento intelectual está profundamente identificado com o pensamento científico, onde a razão comanda a análise na busca constante da síntese. Nas últimas décadas, a tradução passou a ser vista como uma ciência moderna em relação direta com outras ciências como filosofia, lingüística, psicologia e sociologia (M. Enani, apud Abdellah, 2002: 1).

A tradução como objeto de fascínio

Chegamos ao verdadeiro “fascínio” que a tradução desperta na filosofia contemporânea, fornecendo-lhe o “conceito” em termos do qual se discute a possibilidade e até mesmo a própria prática da filosofia (Andrew Benjamin, apud Arrojo, 1992: 437).

A tradução como “lei”

A tradução passa a ser a “lei”, uma forma de escritura produtiva exigida pelo “original”, sem a qual este não se dissemina nem se reproduz. [...] passa-se a aceitar a tradução como aquilo de que *necessita* o “original” para poder viver e se expandir (Derrida, apud Arrojo, 1992: 437).

A tradução como uma forma de poder social

Ao renunciar à sua posição de “remendo”, a tradução perde também sua inocência e pode começar a prestar atenção, por exemplo, nas motivações que sublinham o tipo de intervenção que realiza nos textos que escolhe transformar e disseminar. Traduzir deixa, portanto, de ser uma atividade “inútil” ou “invisível”, que deve passar “despercebida”, e se assume como uma inevitável forma de conquista ou de tomada de poder, que necessariamente reescreve o passado e se apropria de outras culturas e linguagens” (Arrojo, 1992: 437).

Conclusão

Neste artigo, a forma como o tema da (re)construção da imagem ou identidade profissional foi abordado visou destacar a importância da ação individual e coletiva do tradutor profissional como agente de seus próprios interesses. Tal ação se insere no

processo de legitimação da sua profissão cujo objetivo é, entre outras coisas, disseminar a conscientização de que a profissão do tradutor é necessariamente uma profissão de prestígio e poder social. Essa perspectiva se confirma a partir do discurso dos estudiosos da tradução que demonstra ser o ofício do tradutor uma profissão que requer conhecimentos e habilidades específicas e exerce grande influência na comunicação entre culturas e, de modo abrangente, no próprio desenvolvimento das sociedades.

Disseminar essa conscientização foi o principal objetivo do I Encontro Nacional de Tradutores, pioneiro no Brasil. Como vimos, o I Encontro reuniu aqueles que, de uma maneira ou de outra, encontravam-se ligados à atividade da tradução para debater questões relativas à profissão de tradutor e contou com a participação de tradutores e editores de grande prestígio no país naquela época. Cabe destacar a importância — fundamental para o processo de legitimação da profissão do tradutor no Brasil — da parceria entre instituições de ensino e associações de classe.

Uma década depois, essa conscientização ganhou força com as teorias elaboradas por profissionais e estudiosos da tradução, fruto do trabalho valioso de instituições de ensino e de pesquisa, que assim vêm instaurando uma nova maneira de pensar e agir de acordo com preceitos de natureza científica, educando o profissional reflexivo através do exame das condições de produção dos agentes da prática tradutória.

Atualmente, essa conscientização parece que já se encontra bastante disseminada entre os tradutores profissionais que têm acompanhado o avanço das pesquisas em tradução. No entanto, tal conscientização não basta, porque precisa estar aliada à ação no sentido de influenciar a percepção que a sociedade tem, como um todo — e aqui se inclui principalmente uma grande quantidade de tradutores — da profissão de tradutor.

Fica claro, portanto, como é importante a ação de todo tradutor na valorização da sua imagem ou identidade profissional, de forma individual e/ou coletiva, seja adotando estratégias explícitas fundamentadas no seu próprio discurso, seja através de estratégias implícitas na forma da sua própria conduta e ação, a exemplo do esforço conjunto para a realização do I Encontro, em 1975. Repito: é essa ação — conjunta e/ou individual — que contribuirá para transformar a percepção que a sociedade tem atualmente a respeito da profissão do tradutor.

Referências

- ABDELLAH, Antar S. (2002) “What every novice translator should know”. *Translation Journal*, vol.6/no.3, jul/2002. <http://accurapid.com/journal/21novice.htm>. Acesso em abril de 2005.
- ABRATES — Associação Brasileira de Tradutores (1975) *Suas atividades. Seus estatutos*. Rio de Janeiro (folheto).
- ALFARANO, Regina (2003) “Entrevista”. Ivone C. Benedetti; Adail Sobral (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*, 33-43. São Paulo: Parábola Editorial.
- ARROJO, Rosemary. (1986) *Oficina de tradução – a teoria na prática*. São Paulo: Ática.
- _____ (1992) “Tradução”. Jobim, José Luiz. (org.) *Palavras da crítica*, 411-442. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (1993) “As relações ambivalentes entre tradutores e teorias da tradução”. *Cadernos de Tradução do Sindicato dos Tradutores*, 8-9. Julho, Rio de Janeiro.
- _____ (1998) “The revision of the traditional gap between theory & practice & the empowerment of translation in postmodern times”. *The Translator* 4:1, 25-48. Manchester: St. Jerome.
- BARBOSA, Heloisa G. (2003) “Entrevista”. Ivone C. Benedetti; Adail Sobral (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*, 55-70. São Paulo: Parábola Editorial.
- BASSNETT, Susan ([1980]1996) *Translation Studies*. London/New York: Routledge.
- BENEDETTI, Ivone C. e SOBRAL, Adail (orgs.) (2003) *Conversas com Tradutores: Balanços Perspectivas da Tradução*. São Paulo: Parábola.
- BORDENAVE, Maria Cândida. (1998) “Entrevista: Maria Cândida Bordenave”. *Cadernos de Tradução* III, 429-435.
- _____ (2005) Depoimento concedido a Elizabeth C. Bonaparte, em 23/03/2005.
- BRITTO, Paulo Henriques (2003) “Entrevista”. Ivone C. Benedetti; Adail Sobral (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*, 89-98. São Paulo: Parábola Editorial.

- CHARTIER, Roger. (2001) *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Ananya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed.
- _____ (1992) “Textos, impressão, leituras”. Lynn Hunt. *A nova história cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1990) *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.
- COSTA, Fernanda Mathias (2000) *Reverendo a lacuna existente entre o ensino acadêmico e a prática profissional*. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Tradução Inglês-Português (inérita). PUC-Rio.
- _____ (2004) Programa do módulo de Prática de Tradução Técnico-científica do curso de Especialização em Tradução Inglês-Português. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- DENTON, John (1996) “André Lefevere (1945-1996): A brief recollection”. *Newsletter of the Italian Historians of the English language* (Newsletter SLIN, n. 12, June). <http://www.utexas.edu/depts/german/faculty/lefevere.html>. Acesso em abril de 2005.
- DUTRA, Waltensir (1985) O tradutor: profissão e luta. *Anais do II Encontro Nacional de Tradutores*. 150-156. Rio de Janeiro: PUC.
- ESQUEDA, Marileide Dias (1999) *Rónai Pál: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, IEL, <http://www.unicamp.br/~ottonix/Marileide.htm>. Acesso em agosto de 2004.
- FROTA, Maria Paula (2000) *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- _____ FROTA, Maria Paula *et al.* (1994) “Um breve histórico do GT de Tradução e a sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país”. *Revista da ANPOLL* n. 1, 67-70.
- MARTINS, Marcia A.P. *et al* (orgs.) (2004) *Tradução em Revista*. No. 1. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora.

- PEREIRA NETO, André de Faria. (2001) *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- PUC-Rio (1975) *I Encontro Nacional de Tradutores. Conclusões e Recomendações*. Coordenação do Curso de Tradutor-Intérprete. Departamento de Letras e Artes.
- PYM, Anthony (2004) "On the social and the cultural in Translations Studies". http://tinet.org/~apym/on-line/research_methods/sociocultural.pdf. Acesso em abril de 2005.
- SETTE, Maria de Lourdes Duarte (2003) "Nem autor, nem co-autor. Tradutor". Cláudio de Sá Capuano (org.) *Atas da I Semana de Estudos Lingüísticos e Literários da Faculdade da Região dos Lagos*. Cabo Frio: Ferlagos, v.1. p.8-17.
- _____ (2002) *A identidade (ainda melancólica?) do tradutor – uma análise desses profissionais no Brasil dos anos 90*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.
- VIEIRA, Else R.P. (org.) (1996) *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: UFMG.
- WENGORSKI, Paulo (2001). "ABRATES ou SINTRA? Uma abordagem histórica". Boletim da ABRATES, disponível em <http://www.abrates.com.br>. Acesso em novembro de 2008.
- WYLER, Lia (2003) *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.